

Alvarez Cáccamo, Celso. 1997. “Construindo a Língua no discurso público: Práticas e ideologias linguísticas”. *Agália. Revista Internacional da Associação Galega da Língua* 50 (1997), pp. 131-150.

Endereço do documento: <http://www.udc.es/dep/lx/cac/agalia97.pdf>

ESTE ARQUIVO PDF REPRODUZ FIELMENTE A PAGINAÇÃO DO ARTIGO COMO FOI PUBLICADO NA REVISTA.

Endereço do autor:

Linguística Geral, Faculdade de Filologia

Universidade da Corunha

15071 A Corunha - Galiza (Espanha)

Te. +34 981 167000 ext. 1888

Fax: +34 981 167151

Correio electrónico: [lxalvarz@udc.es](mailto:lxalvarz@udc.es)

Página web: <http://www.udc.es/dep/lx/cac>

# *Construindo a Língua no discurso público: Práticas e ideologias linguísticas*<sup>1</sup>

**Celso Álvarez Cáccamo**  
**Universidade da Corunha**

*Marco Polo descreve uma ponte, pedra a pedra.*

*“Mas, qual é a pedra que sustém a ponte?”, pergunta Kublai Khan.*

*“A ponte não é sustida por esta pedra ou por aquela”, responde Marco, “mas pela linha do arco que formam”.*

*Kublai Khan fica silencioso, a cavar. Logo acrescenta: “Então porquê me falas das pedras? É só o arco que me interessa”.*

*E Polo responde: “Porque sem as pedras não há nenhum arco”.*

—Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*—

**0. Introdução.** O objectivo deste trabalho é apresentar uma visão geral das *práticas ideologizadas da fala* no discurso público da Galiza actual. Por “práticas ideologizadas” entendo aquelas condutas linguísticas através das quais se manifestam de jeito transparente concepções dos papéis, formas e validade das línguas em conflito na sociedade. E com “discurso público” quero referir-me a todas aquelas produções orais facilmente acessíveis para os cidadãos, sobretudo através dos meios de

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada na sessão “A construção do galego como ‘Língua’”, organizada pelo autor no Congresso Internacional *The Linguistic Construction of Social and Personal Identity*, organizado pelo *Research Committee on Sociolinguistics of the International Sociological Association*, Universidade de Évora, Portugal, Março 25-29, 1996. Os dados do trabalho fazem parte do *Projecto ADPA: Análise do Discurso Público Actual* do Departamento de Linguística Geral e Teoria da Literatura da Universidade da Corunha, subvencionado pelo governo autónomo galego *Xunta de Galicia* (Bolsa de Investigación XUGA10403A94). Agradeço a Luzia Domínguez Seco, Mário Herrero Valeiro, Gabriela Prego Vázquez e Xoán Paulo Rodríguez Yáñez os seus comentários, críticas e sugestões às minhas análises, e a Mário a ajuda adicional com a transcrição de alguns dos dados. Endereço do autor: Depto. de Linguística Geral e Teoria da Literatura, Univ. da Corunha, 15071 A Corunha - Galiza (Espanha). Correio electrónico: lخالvarz@udc.es. Uma versão do trabalho também está disponível na Internet no lugar <http://www.udc.es/dep/lx/cac/evora96.html>.

comunicação (programas de televisão e rádio) e nos eventos comunicativos não restringidos (conferências, debates, encontros políticos abertos, etc.)

Numa situação de mudança sociolinguística caracterizada pela *apropriação* (ou “pirataria”, *piracy*, como o qualificaria Anderson 1983) do idioma galego pelas elites técnicas, intelectuais e políticas, falar *em* (o que se reconhece como) galego passou de ser uma actividade marcada em certos contextos formais até se trocar, em muitos casos, em índice iniludível de uma *identidade pública* invocada. E falar *do* (que se conceptualiza como) galego, pela sua parte, pode constituir-se em marca visível das ideologias linguísticas subjacentes que situam o idioma no centro da *administração social da identidade*. Por outras palavras, o atributo da *reflectividade* inerente à linguagem humana sai à superfície do discurso em formas e fenómenos detectáveis e *descritíveis* (“*accountable*”, para a sociologia etnometodológica) em termos dos efeitos conversacionais que produzem.

O meu exame dos dados tenta precisamente revelar algumas manifestações destas ideologias linguísticas no discurso oral. Sobra destacar que as interpretações oferecidas aqui não podem senão ser incompletas e sempre provisórias: a *riqueza* de qualquer mostra de discurso oral quanto aos seus significados sociais e conteúdos ideológicos faz da presente aproximação –que poderíamos enquadrar como herdeira da “sociolinguística interpretativa” de John J. Gumperz (1982a, 1982b) e da “análise da conversação” (Atkinson e Heritage 1984)– uma tarefa sempre inacabada e, portanto, talvez mais ingrata do que a análise quantitativa dos dados da sociolinguística de inquéritos. A natureza interpretativa da micro-sociolinguística da fala, assim como a natureza das suas análises –menos “materializáveis” em políticas linguísticas estaduais– são duas das razões pelas quais a micro-sociolinguística goza de menos favor oficial do que a macro-sociolinguística quantitativa baseada em inquéritos. Esta macro-sociolinguística está desenhada para reduzir as variadas condutas linguísticas individuais dos milhões de falantes duma comunidade a cifras facilmente manejáveis pelo “sentido comum”, e para ré-territorializar as constelações da *diferença social* na cartografia oficial da “normalidade” e a “deviação”. A micro-análise da fala, por contra, pode revelar condutas e posicionamentos de resistência *locais* –mais não por isso menos “sociais”– que ameaçam os postulados –sempre totalizadores– das políticas linguísticas. Só quando a análise da interacção falada é aplicável ao melhoramento do funcionamento dum âmbito dado do estado burocrático moderno (por exemplo, a interacção aluno-professor no ensino, a interacção doutor-paciente na consulta médica ou a comunicação dentro das organizações empresariais) a micro-análise é aceiteada como uma aproximação e método legítimo e relevante. Na Galiza, onde a pesquisa micro-sociolinguística começa a produzir resultados notáveis e interessantes (ver referências na Conclusão deste trabalho), as instituições oficiais de saber (a *Real Academia Galega*, o *Instituto da Lingua Galega* e o *Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias “Ramón Piñeiro”*) ignoram e provavelmente continuarão a ignorar esta linha de pesquisa nos seus projectos generosamente financiados até que tenham a certeza que os possíveis resultados dum eventual macro-projecto sobre a conduta comunicativa na Galiza não cheguem debilitar os postulados ideológicos que sustentam a sua mesma existência.

## 1. O fundo

Como em praticamente todos os processos de apropriação do valor simbólico de um idioma pelas elites, no centro da ideologização da(s) fala(s) galega(s) estão as noções básicas de *identidade*, *mesmidade* e *propriedade*. Os textos jurídicos espanhóis e galegos consagram o que constitui estruturalmente o português da Galiza ou o “co-dialecto” galego do português (Carvalho Calero 1983, 1990) como “a Língua galega” (amiúde em maiúsculas) ou a “língua própria da Galiza” (mais especificamente, a “língua propia de Galicia”, na norma escrita institucional). Frente a este idioma agora legitimado pelo poder, erige-se como “necessário adversário histórico” não apenas o espanhol, mas as outras variedades portuguesas faladas noutros países, nomeadamente em Portugal. Nos textos educativos observa-se desde os anos 80 uma clara evolução ideologicamente marcada no sentido do desmembramento do galego do tronco galego-português, ao mesmo tempo que se diluem progressivamente os conteúdos reivindicatórios da identidade nacional galega (Domínguez Seco 1993). No âmbito do discurso técnico, as teses sobre a unidade linguística galego-portuguesa, sustidas tradicionalmente por hispanistas e linguistas (Carvalho Calero 1983, 1990; Rodrigues Lapa 1973, 1981), são agora submetidas ao empurre ideológico da Construção da Língua. Tanto na intervenção técnica das instituições quanto no discurso ideológico (Herrero Valeiro 1993) acentuam-se as divergências entre as variedades da Galiza e as de Portugal e outros países: não é casual que muitas escolhas lexicais, ortográficas e prosódicas na construção do idioma se aproximem das variantes espanholas. Efectua-se, portanto, um duplo processo só aparentemente contraditório: enquanto “a Língua galega” é sublimada como elemento central na equação Povo=Língua, a forma (gráfica, fonética e prosódica) que este galego toma lembra a de um idioma ré-dialectalizado socialmente, destinado a ter o seu lugar limitado no âmbito da Galiza administrativamente dependente do Estado Espanhol.

Além disso, na vida diária observam-se *novas formas de falar da língua e da linguagem* e de conceber ambas dentro do campo da acção comunicativa e social. Neste trabalho examinam-se algumas manifestações discursivas das *ideologias linguísticas*, entendidas aqui operativamente como “vínculos que medeiam entre as estruturas sociais e as formas de fala” (Woolard 1992:235),<sup>2</sup> ou como “concepções culturais sobre a natureza, forma e propósitos da linguagem, e da conduta comunicativa como uma enacção da ordem colectiva” (Gal e Woolard 1995:130).<sup>3</sup> Apesar da dificuldade de circunscrever a noção de “ideologia linguística” nos debates actuais sobre o particular,<sup>4</sup> há pelo menos consenso em que as ideologias linguísticas contribuem para dar *alguma forma de sentido* à conduta linguística diária, sobretudo aquelas ideologias projectadas no âmbito do poderoso discurso público<sup>5</sup> Neste sentido, as ideologias linguísticas (plurais, e às vezes

---

<sup>2</sup> “Language ideology is a mediating link between social structures and forms of talk”. Todas as traduções são minhas.

<sup>3</sup> “In the simplest formulation, language ideologies are cultural conceptions of the nature, form and purpose of language, and of communicative behavior as an enactment of a collective order”.

<sup>4</sup> A importância actual do tema levou os organizadores do V Congresso da Associação Internacional de Pragmática (*International Pragmatics Association*) (Reims, França, Julho 1998) a centrar os encontros sob o epígrafe “Ideologia Linguística”.

<sup>5</sup> A ubiuação *estratégica* do discurso público e institucional é salientada por Gumperz e colaboradores (1982a, 1982b)

encontradas) não são concebidas neste trabalho necessariamente como superestruturas impostas, no sentido marxista (embora se gerem em âmbitos sociais e por grupos sociais privilegiados, administradores do saber técnico sobre a língua),<sup>6</sup> mas como quadros de referência ou *saberes práticos* quotidianos que organizam as inter-relações entre (a) formas de fala, (b) identidades sociais, (c) estruturas sociais, e (d) outros saberes e campos discursivos, além do campo da “língua”, em relação aos quais a língua conforma o que Blommaert e Verschueren (1992:359) chamam “grupos de traços” (*feature clusters*) tipicamente definidores de identidade: origem, história, cultura, religião, tradição, etc.

Destarte, pelo menos certos fenómenos discursivos conversacionais são simultaneamente *índices*, *veículos* e *efeitos* das ideologias:

(1) Como *índices* das ideologias, os discursos conversacionais *aludem* a visões específicas dos utentes sobre o lugar da fala na construção da sua identidade e da identidade colectiva. Por exemplo, na Galiza actual a escolha pública por um político do que –também em função de uma ideologia linguística– se reconhece como “galego” alude em si própria ao facto da existência duma construção ideológica dada da “identidade galega” na qual o idioma é inescusável traço definidor.

(2) Como *veículos* das ideologias, os discursos conversacionais *articulam* visível e materialmente os discursos técnico-ideológicos sobre a língua, isto é, o que “os expertos” (filólogos, linguistas, planificadores e políticos) ditam sobre “o galego” e “o espanhol” (e, por invisibilidade notável, “o português”). Por continuar com o exemplo anterior, o próprio uso público do que se reconhece como “galego” é o *material empírico* que subjaz às *proposições técnico-ideológicas* produzidas pelas elites em exercício do seu papel estrutural: por exemplo, uma proposição do tipo “O Galego usado em público manifesta a nossa identidade como Povo”.

E (3) como *efeitos* das ideologias, os discursos conversacionais conferem *legitimação* e *coerência*, precisamente, aos modelos técnico-ideológicos dos que emanam. Assim, num processo de retro-alimentação, o mesmo uso público do que se reconhece como “galego” “confirma” a validade da proposição ideológica anterior e cria “verdade” científica.

---

na sua ampla investigação sobre a comunicação inter-étnica no âmbito urbano. Na Introdução a *Language and social identity*, Gumperz e Cook-Gumperz declaram especificamente como objectivo do seu trabalho “mostrarmos como a ideologia entra na comunicação imediata para criar um espaço interaccional onde os processos sociolinguísticos subconscientes e automáticos da interpretação e a inferência podem gerar uma diversidade de resultados e pôr em questão as interpretações” (1982:3) (“to show how ideology enters into face-to-face speaking practices to create an interactional space in which the subconscious and automatic sociolinguistic processes of interpretation and inference can generate a variety of outcomes and make interpretations subject to question”).

<sup>6</sup> Em linha com o materialismo, Bourdieu (1977) ou Giddens (1984) salientam a determinação social das ideologias como formas de “des-reconhecimento” do entorno “objectivo”: “Por ‘ideologia’ entende-se só aquelas assimetrias de dominação que conectam a significação com a legitimação de interesses sectoriais” (Giddens 1984:33) (“‘Ideology’ refers only to those asymmetries of domination which connect signification to the legitimation of sectional interests”). Para Bourdieu, as lutas ideológicas reflectem “homologicamente” as lutas de classes dentro do campo político, embora em formas “eufémicas”: “A função especificamente ideológica do campo da produção ideológica é realizada quase automaticamente sobre a base da homologia estrutural entre o campo da produção ideológica (organizado em torno da oposição entre ortodoxia e heterodoxia) e o campo das lutas de classes para o mantimento ou subversão da ordem simbólica” (Bourdieu 1977:5) (“The specifically ideological function of the field of ideological production is performed quasi-automatically on the basis of the homology of structure between the field of ideological production, organized around the opposition between orthodoxy and heterodoxy, and the field of struggles between the classes for the maintenance of subversion of the symbolic order”).

Obviamente, este itinerário da fala como *índice-veículo-efeito* da ideologia é circular, e, como tal, seria incoerente tentar localizar a sua hipotética origem. Mas talvez a máxima goebbeliana “Uma mentira, se repetida mil vezes, se converte numa verdade” não deixa de ser pertinente ao caso: À margem do estatuto de ‘verdade’ do saber técnico e dos modelos ideológicos sobre a Língua, a *posição estrutural* central da ideologia (através do discurso da ciência) é a de, simultaneamente, *gerar e sustentar* a realidade que diz representar e modelar.

## **2. Formas de ideologização da fala**

Podemos isolar vários tipos de procedimento que reflectem ideologias linguísticas específicas no discurso público actual da Galiza. Porém, mais do que elaborarmos uma taxonomia destes procedimentos, o nosso interesse será revelarmos algumas manifestações singularmente importantes da ideologização social da fala e do que se tem chamado *consciência meta-pragmática* (Silverstein 1981, 1993). Por “consciência meta-pragmática” entendo os saberes discursivos sobre a própria funcionalidade comunicativa dos enunciados, consciência que provavelmente está distribuída de maneira diferencial e hierárquica no corpo social, sendo os ‘expertos’ sobre a língua os máximos depositários desta consciência. Desejo assim ilustrar um método pelo qual podemos *escavar os vários estratos do discurso* como acção social na procura de índices ideológicos (ver, no mesmo sentido, Wodak 1989). Uma análise detalhada deve incluir, entre estes estratos do discurso, pelo menos os planos *sequencial* (a organização do discurso em turnos), *gramatical* (a escolha de variedade linguística identificada sintacticamente, como “galego” ou espanhol”; a escolha de léxico; a fonética), *prosódico* (os padrões entoativos e rítmicos) e *pragmático* (a intenção ilocutiva do acto de fala; as relações entre significados ditos e significados não-ditos, etc.) (v. p. ex. Alvarez Cáccamo 1996a, 1996b).

### **2.1. Auto-correcções e reformulações.**

No discurso público e formal, a própria *escolha de variedade linguística* (interpretada pelo senso comum como uma ou outra ‘língua’) é às vezes sujeita a ideologização, e constitui-se assim em “problema” prático conversacional, no sentido etnometodológico de *uma questão a enfrentar e resolver conversacionalmente* por meio dos recursos linguísticos. As auto-correcções na escolha de língua podem tomar duas direcções fundamentais: (a) reformulações do “espanhol” para o “galego”, e (b) reformulações lexicais dentro do “galego”, na direcção das variantes mais formais sancionadas (v. também Alvarez Cáccamo 1993).

#### **2.1.1. Ré-formulações de “espanhol” para “galego”.**

Um caso fortemente semiotizado de reformulação entre línguas é o seguinte. O locutor, o Professor Constantino García (ex-director do *Instituto da Lingua Galega*, organismo que elaborou as normas diferencialistas a respeito do português e actual secretário da Real Academia Galega) auto-corrige laboriosamente um *faux pas* interaccional em espanhol durante um debate com o já falecido Professor

Ricardo Carvalho Calero na Televisão de Galiza. Constantino García está a responder a uns comentários de Carvalho Calero sobre a castelhanização do idioma galego. A tese de C.G. vai ser que, enquanto muitos galegos historicamente mudaram para falar espanhol, a **língua galega** (linha 553) conserva-se íntegra como tal (nas suas próprias palavras, o galego é “a reserva espiritual de Espanha, a reserva espiritual do espanhol, a reserva espiritual do português”, dirá mais adiante fazendo um jogo explícito com a expressão franquista “*La reserva espiritual de Occidente*”). É só a fala destes castelhano-falantes assimilados da Galiza a que está castelhanizada.

Nas transcrições, os segmentos em espanhol vão em *itálicos*. Entre parênteses indicam-se as formas padrão ou a transcrição fonética da palavra ou segmento. O asterisco \* indica acento enfático de intensidade sobre a sílaba seguinte:

(1) **EVENTO DT8705. Debate A Dúas Bandas “O porvir do galego”.** TVG, Maio 1987. C.G. = Professor Constantino García.

551 C.G.: olho  
 552 que estamos confundindo duas cousas  
 553 estamos confundindo a língua galega c'os *hablantes*  
 554 o (=ou) c'os  
 555 si  
 556 *ha\*blantes \*del castellano*  
 557 c'os falantes do castelão (= [kaste'laŋ])  
 558 e não tem nada que ver  
 559 eu penso -  
 560 eu não penso -  
 561 ademais eu fixem (=fiz) trabalhos sobre isso (=isso)

A necessidade de alinhamento público em favor da **língua galega** sem dúvida subjaz ao que se tem chamado “trabalho de imagem” (“*face-work*”) do locutor no seu intento por restaurar a coerência ideológico-linguística do seu discurso. Em termos de conteúdo referencial, as expressões “*hablantes de castelão*”, “*hablantes de castellano*” e “falantes de castelão” (e mesmo “falantes de castelhano”) pareceriam, em princípio, significar o mesmo: ‘pessoas que utilizam o castelhano’. Porém, a relação conflituosa entre o conteúdo referencial e a variedade linguística que pode ou deve canalizar esse conteúdo subjaz à perceptível auto-correcção de C.G. (linhas 554-556). A auto-interrupção e auto-correcção –com a pausa em 554, o turno linguisticamente ambíguo **si** (555) que antecipa o enunciado seguinte, e os acentos enfáticos de 556 (sobretudo em *ha\*blantes*)– é “notável” em termos conversacionais, pois o não-notável ou não-marcado seria a continuação fluída do discurso. A repetição enfática de *ha\*blantes* anula a possibilidade de que o primeiro *hablantes* fosse simplesmente um “erro”: na realidade, *hablantes* apresenta-se como o material léxico inescusável que deve acompanhar o material *cas-*

*telão* (de facto, no caso inverso, não é infrequente na conversa quotidiana em espanhol o referir-se a alguém como “*una persona que fala galego*”).

A auto-interrupção e a auto-correcção revelam-se ainda como mais marcadas se as contrastarmos com a seguinte tática de “emenda”, frequente na fala diária para resolver este tipo de problema conversacional:

“estamos confundido a língua galega c’os *hablantes* -  
digooo, c’os fa\*lantes de castelão”

Em contraste com esta simples correcção habitual dum fragmento intruso (neste caso, *hablantes*), na intervenção que analisamos a auto-interrupção de C.G. vai seguida por uma estrutura paralela com *ré-formulação integral* da expressão: *ha\*blantes \*del castellano / c’os falantes de castelão*. A repetição aparece assim como uma “volta à normalidade” do discurso público (o discurso Monolingue por antonomásia), onde *hablantes del castellano* soa como uma *citação* mais das que C.G. utiliza nas suas intervenções: a citação de um “experto em línguas”.

Em resumo, o conjunto de táticas de C.G. patenteia aqui uma *ideologia de propriedade e pureza linguística* pela qual o galego se percebe como código *necessário e suficiente* no âmbito formal, mesmo se procura mascarar esse frequente fenómeno chamado “interferência” no trabalho sobre bilinguismo: um processo de espanholização que, segundo o manifestado pelo próprio falante, não seria um problema da “língua galega”, mas dos falantes bilíngues individuais.

### 2.1.2. Ré-formulação de “galego” para “galego”

Os casos de ré-formulação de galego para galego, frequentes nos nossos dados do discurso público, consistem na repetição quase imediata de *doublets* léxicos, onde o primeiro é uma forma em muitos casos também galega mas não sancionada positivamente como apropriada para a fala pública e a segunda a forma “legítima”, cujo uso alude à perícia do falante no domínio do novo galego regularizado. Casos típicos de pares léxicos com auto-correcção são **olvidar - esquecer, vamos - imos, recordar - lembrar, acabar - rematar** ou **cerca - preto**. O seguinte exemplo, revisado também noutra trabalho (Alvarez Cáccamo 1993), é tomado de uma entrevista ao presidente do governo galego, Manuel Fraga Iribarne, na Televisão da Galiza. As flechas →, ↑ e ↓ indicam a entoação final sustida, ascendente ou descendente, respectivamente; os engranzamentos entre turnos marcam-se com linhas horizontais e verticais; o código [ac] significa ‘dicção acelerada’; e o código .h sinala uma breve inspiração de ar:

(2) EVENTO ET900731. Entrevista a Manuel Fraga Iribarne, TVG,  
31-Julho-90. E: Entrevistador. P: Presidente.

1 E: eh **usté** (=você) fala da riqueza →  
2 da riqueza forestal ↑  
3 galícia sigue (=segue) ardendo ↑



4        hai (=há) encontrei }  
 5     P:                                  }moito menos ↓  
 6     E:    {[ac] moito menos } ↓  
 7        atopei duas .h duas atitudes -

O emprego da forma galega **encontrei** pelo Entrevistador (linha 4) não parece dar lugar a nenhuma reacção conversacional inusual por parte do presidente Iribarne (P). De facto, a sua contra-valorização de que a Galiza já arde **moito menos** (linha 5) está imediatamente engranzada com o enunciado anterior de E, o que mostra que P não está atendendo ou *orientado-se* conversacionalmente ao enunciado de **encontrei**, mas ao imediatamente prévio (**galícia sigue ardendo**, linha 3). Em termos sequenciais, portanto, a intervenção 5 de P é uma *interrupção*, e é tomada como tal por E, quem (a) recolle literalmente o enunciado de P **moito menos**, aceitando a contra-valorização do presidente (linha 6), e (b) ré-elabora ou “recicla” o turno truncado em 4, mas desta vez empregando a variante legitimada **atopei** (**atopei duas .h duas atitudes**, linha 7). É provável mesmo que E aproveite precisamente o ponto morto da interrupção de P para lançar a sua reciclagem de material discursivo.

Dado que o uso de **encontrei** não é tratado conversacionalmente como um “erro” linguístico por P, a sequência é destacável porque a ré-formulação **encontrei... atopei** soa *conversacionalmente marcada* em dous sentidos: (1) é *menos esperável* do que uma repetição literal **encontrei... encontrei** depois de uma interrupção que não deixa muito rasto; fixemo-nos que mesmo nos chamados “falsos começos” nas conversas causados por interrupções constantes de outras pessoas, o falante tipicamente repete as primeiras sílabas do seu turno *exactamente* até que “colhe o estrado”; e (2) a repetição estilizada supõe *mais trabalho interaccional* do que uma repetição literal: a introdução do novo elemento **atopei** acarreta necessariamente um segundo processamento de informação que, além, *não contribui referencialmente nada novo*. Para que, portanto, ré-formular?

Simplesmente, pela ré-formulação com o emprego da variante padronizada no galego actual, **atopei**, o Entrevistador reclama o seu acesso ao *domínio de discurso* e de saber sobre a Língua, e aponta indexicamente para uma *ideologia de correcção idiomática* que, incidentalmente, amiúde ultrapassa a “correcção” para situar-se (como neste caso) no que se pode entender como “ultracorreccção”, no purismo ou no diferencialismo léxico. Certamente, marcadores léxicos como **atopar, esquecer, lembrar, rematar, pobo** pelo espanholismo *pueblo*, etc., (como outros em períodos anteriores do processo sociolinguístico em curso) constituem-se em sinais visíveis de identidade: é característica da fala formal a recuperação de algumas formas galego-portuguesas já pouco utilizadas entre os jovens e substituídas de maneira maciça por espanholismos. Estes termos, portanto, entendidos mesmo como recurso material, *circulam* por efeito da intervenção técnica das elites desde o âmbito “étnico” dos falares nativos até ao âmbito *político*, onde agora são ré-semiotizados como *contra-senhás* da nova identidade. E, embora as variantes formais coexistam com os termos quotidianos castelhanizados, referencialmente podem mesmo denotar *realidades diferentes*. Por exemplo, no trabalho cita-

do (Alvarez Cáccamo 1993) analiso um fragmento de conversa onde um mesmo falante utiliza sucessivamente **pobo** e *pueblo* para denotar referentes distintos. O **pobo** é, nesse caso, a *construção política* do grupo social (na citação das palavras de um político oportunista que constantemente declara fazer “**todo para o pobo, para o pobo**”). Por contra, o *pueblo* é para esse falante (e sem dúvida para muitos outros) o *grupo social real* no que ele se insere, como se observa pela sua referência aos “**políticos que roubam... da gente, do pueblo**”.

## 2.2. Discurso referido.

Uma segunda prática discursiva ideologizada é a manipulação táctica das *vozes*, no sentido bakhtiniano (Bakhtin 1981) no discurso referido. Na atribuição de línguas ou variedades utilizadas às personagens de uma narrativa ou de uma simples citação, são postas em jogo “teorias” nativas (na linha de Ochs *et al.* 1992) e ideologias linguísticas a respeito das *relações tipificadas entre as identidades sociais e as práticas de fala*. Por vezes as atribuições de variedades à fala das personagens reproduzem de maneira isomorfa as condutas observáveis (p.ex., quando um falante cita em galego as palavras de um político nacionalista ou um intelectual; ou quando cita em espanhol as de um médico ou funcionário). Porém, com muita frequência as representações do discurso referido são *distorções ideologizadas* das condutas linguísticas observáveis. Isto é: as personagens são postas a falar com o que tenho chamado um *código deslocado* (p.ex., figuras galego-falantes são postas a falar em espanhol; Álvarez Cáccamo 1996b), ou, às vezes, com uma sorte de “estilização paródica” (Bakhtin 1981) que serve para gerir alianças de poder e alinhamentos conversacionais.<sup>7</sup> Em todo o caso, o jogo de vozes conversacionais e sociais canaliza avaliações implícitas sobre os factos e personagens implicados, e reflecte diversas concepções gerais sobre os papeis dos idiomas na vida social e sobre os seus valores respectivos como *capital simbólico*.<sup>8</sup>

## 2.3. Metalinguagem.

A metalinguagem nas suas diversas formas (comentários, glosas, menções explícitas às línguas ou, sobretudo, à “Língua” galega) é manifestação transparente da natureza reflexiva da linguagem e do seu potencial tanto para o estabelecimento de alianças conversacionais quanto para a *entextualização* das ideologias linguísticas. Na esfera pública especialmente, onde se constrói o sentido comum sobre a língua e a linguagem, um *leit-motif* dos discursos sobre a língua e a identidade é a apropriação exclusiva do galego como “a nossa Língua” (como dissemos, mais rigorosamente “a nosa Língua”), por meio de um possessivo “nossa” que resume a nova *solidariedade imaginada* da Galiza. No jogo inerentemente ambíguo dos deícticos pessoais, “nós” é amiúde manipulado tacticamente na ora-

---

<sup>7</sup> Distorções semelhantes no discurso referido são apontadas por Mitchell-Kernan (1972) a respeito dos estilos comunicativos dos afro-americanos, por Kallmeyer e Keim (1988) a respeito da simbolização de identidades locais e de classe em Alemanha, ou por Günthner (no prelo) a respeito do assinalamento de afecto.

<sup>8</sup> Para quem estiver interessado, remito ao trabalho citado (Alvarez Cáccamo 1996b), onde analiso em detalhe esta utilização estratégica das variedades no discurso referido para simbolizar identidades.

tória política actual (Wodak 1989; Gal e Woolard 1995) para desenhar e ré-desenhar os públicos colectivos e audiências co-presentes, quer dizer, para situá-los e ré-situá-los em constelações específicas de participantes. Assim, “a nosa lingua” convoca, por exclusão implícita do outro idioma sem dúvida falado na Galiza (o espanhol), a um espaço social e simbólico partilhado por públicos que são tanto reais quanto *imaginados* pela poderosa convocatória dos meios de massas ou da escrita.

### 2.3.1. A língua como emblema

A insistência propagandística na *embalagem ideológica* do galego como “língua galega” mostra-se claramente no evento discutido no exemplo (1), um debate televisado entre expertos onde a expressão é utilizada profusamente por ambos participantes e pelo moderador. A mesma embalagem ideológica é evidente nestoutro programa televisado com motivo do Dia das Letras Galegas de 1994. Como exemplos:

(3) EVENTO DT940518. Programa *Meigas Fóra sobre “A nosa fala”*, TVG, 18-Maio-94. Apres = Apresentador, Manuel Torreiglesias.

252 Apres: que aprécio fão (=fazem) os universitários galegos  
253 precisamente da língua nossa  
254 do galego  
...  
1664 Apres: a um homem que é asturiano de nacemento  
1665 que leva muitos anos aqui em galícia  
1666 que foi espetador qualificado da nossa língua  
...  
1695 Apres: naquel momento fôssemos capaz de pensar  
1696 ao que se chegaria c’o galego  
1697 e:: a língua galega

Como no caso (1), o Apresentador produz numa ocasião a ré-formulação **o galego / e:: a língua galega** (linhas 1696-1697). Significativamente, não se dão nos meus dados ré-formulações do tipo **o galego - o idioma galego**, como se a qualificação sobre “que é o galego” só pudesse consistir na *intensificação avaliativa* por meio do termo **língua**. Examinemos este argumento em detalhe.

Em termos pragmáticos, os vocábulos **idioma** e **língua** podem-se situar numa escala semântica, e o seu uso desencadeia um jogo de entranhamentos lógicos e de implicaturas (Grice 1975) ou significados não ditos, concretamente do tipo das chamadas “implicaturas escalares”. O uso do termo inferior da escala (**idioma**) *implícita* (quer dizer, sugere) que a quantidade de informação que oferece é a mais apropriada no contexto, mas *não* invalida *nem* entranha o termo superior (**língua**). Destarte, uma expressão como **O galego é um idioma, mas não é uma língua** é

logicamente coerente, e uma expressão como **O galego é um idioma; de facto, é uma língua** não é logicamente contraditória. Pela sua parte, a escolha do termo superior (**língua**) (1) *implícita* que a quantidade de informação que oferece é a mais apropriada, mas não invalida o termo inferior (**idioma**); e além (2), o termo superior (**língua**) sempre *entranha logicamente* o inferior (**idioma**), de maneira que toda “língua” é “idioma”. Assim, uma expressão como **O galego é uma língua, mas não é um idioma** soa logicamente contraditória, enquanto **O galego é uma língua; de facto, é um idioma** soa como uma redundância.

Certamente, o termo inferior **idioma** para se referir ao galego ou a qualquer outra variedade é utilizado pelos participantes do programa “A nosa fala”, e, sobretudo, pelo público entrevistado nas ruas ou nas casas, onde às vezes tem o valor de “língua estrangeira”. **Idioma** é também utilizado pelo professor Carvalho Calero no debate “O porvir do galego”, para se referir ao galego, neerlandês, ou castelhano. Mas, curiosamente, a expressão **o idioma galego** ou **o nosso idioma** não aparece nem uma vez nas intervenções do professor Constantino García durante toda a hora de debate nem na sua breve intervenção em “A nosa fala”. De facto, o termo inferior **idioma** não aparece aplicado por ele a nenhuma variante linguística do mundo. Qual é um dos efeitos desta “ausência de idiomas” no universo discursivo do professor? Num claro exercício propagandístico, a ausência absoluta da qualificação do galego como **idioma**, unida à sua qualificação reiterada como **língua**, impede toda ambiguidade e prevém contra qualquer interpretação que pudesse questionar a aplicabilidade do termo superior **língua** para o galego no discurso ideológico-linguístico dominante.

Em resumo, a escolha maioritária de **língua** sobre **idioma** não é em absoluto anedótica nem uma simples questão estilística: a Língua (com o seu insubstituível padrão escrito) é, desde a “revolução filológica” das classes meias cultas (“*cultivated middle classes*” formadas por “filólogos + capitalistas”, Anderson 1983:124), uma das encarnações do projecto eminentemente político de formação dirigida dos imaginários sociais.<sup>9</sup>

Porém, na Galiza actual, o enquadramento do “problema Língua” a respeito de outros campos discursivos não é tão transparente como poderia parecer. Dentro do discurso isolacionista dominante competem, pelo menos, duas concepções políticas aparentemente opostas sobre as inter-relações entre o galego e a identidade colectiva da Galiza (Herrero Valeiro 1993). Uma certa postura nacionalista associa indefectivelmente o estatuto de “língua” do galego à independência da Galiza. Uma outra visão, “regionalista”, sem dúvida inscreve o galego necessariamente dentro do âmbito jurídico-político do Estado Espanhol. No mesmo debate televisado do caso (1), o professor Constantino García resume metalinguisticamente uma visão da diversidade linguística do galego quase como um epifenómeno da divisão administrativa do Estado:

---

<sup>9</sup> Especificamente, Anderson salienta o papel da língua impressa ou “*print-language*” na construção dos imaginários nacionais. A língua impressa é veículo de uma nova “visualização” ou representação da sociedade para os grupos burgueses, que se constituem assim em “classe”: “Assim, em termos históricos mundiais, as burguesias foram as primeiras classes em desenvolver solidariedades numa dimensão essencialmente imaginada” (1983:74) (“Thus in world-historical terms bourgeoisies were the first classes to achieve solidarities on an essentially imagined basis”).

(4) EVENTO DT8705. Debate *A Dúas Bandas*, “O porvir do galego”, TVG, Maio 1987. C.G. = Professor Constantino García.

312 C.G. se neste momento  
313 as províncias de corunha e ponte-vedra  
314 que é a parte ocidental de galícia  
315 que se separassem da parte de lugo e orense  
(=Ourense)  
316 permito-me fazer *una* (=uma) profecia  
317 que é um pouco absurda  
318 pero (=mas)  
319 poderia falar um dia  
320 o dia dentro de cinco séculos  
321 do galego ocidental e do galego oriental  
322 como de duas línguas distintas

Além de altamente questionável em termos sociolinguísticos e estritamente dialectológicos, a “profecia ... um pouco absurda” (316-317) do locutor reflecte uma estendida concepção decimonónica e darwinista da língua como *organismo* sujeito à *inevitabilidade da fragmentação*: segundo esta concepção, privados de agencialidade, ao longo dos séculos os falantes contemplam simplesmente a progressiva adequação do organismo-língua ao âmbito jurídico-administrativo correspondente onde eles são súbditos passivos. Destarte, *o Estado e as suas estruturas são os verdadeiros e necessários agentes da mudança sociolinguística*, um postulado central em todas as ideologias isolacionistas do galego que apóiam explícita ou encobertamente a política linguística do estado espanhol na Galiza.

Curiosamente, o argumento anterior é reversível e perfeitamente aplicável ao reintegracionismo linguístico: para impedir ainda mais a fragmentação do galego-português, cumpriria inescusavelmente a *unificação política da Galiza com Portugal*, e isto logicamente só se poderia levar a cabo com a implantação da República no Estado Espanhol ou com a pura anexação política da Galiza espanhola à República de Portugal. Ambas hipóteses atacam directamente o coração ideológico do estado-nação monárquico espanhol. A hipótese da unificação política entre Galiza e Portugal é rejeitada tanto pelos isolacionistas autonomistas quando pelos isolacionistas independentistas. É aqui onde confluem mais claramente o nacionalismo linguístico galego e o nacionalismo linguístico espanhol, e é aqui onde, portanto, o discurso isolacionista das elites galegas revela mais claramente as suas raízes centralistas e monárquicas.

### 2.3.2. A língua como comunicação

Num segundo sentido, como manifestação de embalagem ideológica, a expressão “a língua” pode também *totalizar* todos os aspectos da comunicação diária. No programa-debate dos exemplos de (3), “a língua” é empregue por vários participantes para referir ‘a comunicação’, ‘os usos linguísticos’, ‘as palavras que usamos a cotio’, etc. O paradoxo de esta língua-como-comunicação ser em gran-

de proporção o *espanhol*, não o galego-português, é neutralizado pelo próprio *padrão ideológico de referência* onde se inscreve a interacção: a negação simbólica do outro termo (o espanhol e o seu uso) estende a *ilusão de “normalidade”* e desactiva, portanto, qualquer formulação do conflito sociolinguístico em termos de oposição activa ou resistência ao espanhol.

Por contra, quando a língua-como-comunicação se “sente” (e se “sente”, portanto, o problema conversacional das escolhas de idioma), emerge um discurso nativo onde a caracterização programática do galego como “língua” não é imprescindível. No mesmo programa do exemplo (3), um jovem (J) telefona para expor as suas preocupações sobre a perda de uso efectivo do galego:

#### (5) EVENTO DT940518

1725 J: pero (=mas) vejo que entre a juventude hoje em galícia  
não se fala em galego  
1726 hai (=há) uma \*grande minoria que falamos galego  
1727 e que nos afrontamos a uma situação (=situação) e::  
1728 à sociedade que está completamente castelanizada

Em toda a sua longa intervenção, desde a sua posição como “público” e, sobretudo, *utente* do idioma, o falante só faz uma menção à “língua”, enquanto a expressão “o galego” resume profusa e suficientemente o referente. Obviamente, o seu discurso está também in-formado por uma ideologia linguística de *utilidade e necessidade* (política) do uso do idioma. Mas, como agente sociolinguístico, o falante insere-se a si próprio dentro de dous grupos que usam a “língua-como-comunicação” (**a juventude [de] galícia e uma grande minoria**) e que se opõem simbólica e socialmente como categorias à categoria totalizadora da **sociedade que está completamente castelanizada**.

#### 2.4. Auto-justificações

Por último, são também observáveis as referências, menções ou justificações da própria *escolha* de idioma no âmbito formal (debates públicos, programas de televisão, etc.). Por exemplo, num acto público de apresentação de um prémio de pintura recolhido em 29 de Maio de 1984, o artista convidado escusa-se por ler um texto em espanhol porque “esta vez saiu-me assi; **que lhe vamos fazer**”. E não é infrequente que participantes de fora da Galiza ou mesmo galegos escusem numa primeira intervenção (o que se chama um “pré-turno” ou “pré-sequência”) a sua escolha do espanhol. Tipicamente, o assunto da sua opção idiomática não volta a surgir durante o colóquio.

Não é trivial, num país globalmente caracterizado pelo que podemos chamar dominação linguística, que este tipo de auto-justificações tenha lugar apenas quando a língua escolhida é *precisamente* o espanhol em eventos maioritariamente em galego.<sup>10</sup> O conteúdo das justificações pela escolha do espanhol pode ir desde a

---

<sup>10</sup>

De facto, pelo menos nos meus dados (recolhidos desde 1984) não tenho registado nenhum caso de justificação pelo uso *do galego* em eventos maioritariamente em espanhol.

explicação das necessidades comunicativas até declarações de escassa competência em galego e, portanto, de “respeito” pela integridade deste idioma, da sua beleza ou da sua pureza.

Num caso especialmente salientável de justificação implícita do uso do espanhol pelas circunstâncias comunicativas, o conhecido escritor galego Suso de Toro aparece numa falsa e humorística entrevista televisada de “câmara oculta” falando em espanhol *off the record* (quer dizer, num aparte ou actividade que presumivelmente será cortada da versão final da entrevista) com algum trabalhador dos estúdios que não se mostra na imagem. Após a emissão da falsa entrevista, Suso de Toro, já consciente da piada que sofrera, comenta sobre ela e narra as suas reacções perante o que acontecia:

**(6) EVENTO ET970522A. Programa de humor “Con perdón”, TVG, 22-Maio-97. ST = Suso de Toro.**

1 ST: e logo havia do outro lao (=lado) um chico (=rapaz) que  
reia (=ria) moito  
2 que era colombiano  
3 então era c’o único c’o que podia falar  
4 porque esse ria ha ha há e -  
5 entonces (=então).. eu falava-lhe -  
6 adm- eu falava-lhe em castelhano não?  
7 ah tal tal, tal tal, tal

A descrição e justificação implícita da escolha linguística (**adm- eu falava-lhe em castelhano não?**, linha 6) neste caso parece atender a razões da extracção linguística do interlocutor, **que era colombiano** (linha 2). O entrevistado, segundo as suas palavras, (1) parece reconhecer a identidade étnica ou nacional do trabalhador através de algum tipo de *senal* (fala?, aparência física?), (2) presumivelmente, Suso de Toro atribui-lhe ao interlocutor a *identidade linguística* correspondente (espanhol), e (3) dirige-se muito espontaneamente a ele em castelhano. Mas este intercâmbio *off the record* em espanhol afinal é também emitido no programa de câmara oculta. O possível *faux pas* do uso público do espanhol para uma figura que, além, é reconhecida como um dos actuais “criadores de língua galega” precisa de algum tipo de desagravo comunicativo.

Em primeiro lugar, Suso de Toro informa da identidade colombiana do interlocutor *antes* de mencionar a sua própria escolha do espanhol. Fixemo-nos que não se informa se a pessoa colombiana falava espanhol ou não, simplesmente que **reia moito** (linha 1), e ria muito, precisamente, numa entrevista feita em galego, pelo que é lógico supor que compreendia o galego.

Algo mais adiante, o marcador ou “pergunta ecóica” **não?** (linha 6) é um mitigador com uma função múltipla: (1) por uma parte, aponta indirectamente para a informação prévia sobre a “identidade colombiana” do interlocutor; este significado de **não?** pode-se glosar como ‘verdade?’ ou, mais claramente, ‘A acção descri-

ta no enunciado anterior é esperável no contexto’. Este uso de **não?** como pergunta ecóica dá-se, por exemplo, quando narramos uma sequência de acções esperáveis que antecipam um desenlace narrativo:

“Ontem fui ao cinema, fui ver *Nosferatu*.  
Pois bem, chego ao cinema,  
ponho-me na cola,  
compro as entradas, **não?**...

(2) Em segundo lugar, este tipo de **não?** emitido por S.T. funciona para solicitar a colaboração do auditório (neste caso, os apresentadores do programa, o público do estúdio e os telespectadores) na forma do que se chamam “continuadores”, quer dizer, assentimentos ou breves turnos que não interrompam o fluxo discursivo do falante mas que contribuam para este. Neste sentido, o enunciado anterior **adm- falava-lhe em castelhano** fica num segundo plano de relevância.

E (3), por último, **não?** procura por isso o acordo implícito perante o facto, sem dúvida curioso para alguns, de um escritor galego **falar em castelhano** perante milhares de pessoas numa entrevista numa edição do programa “Con Perdón” aparentemente preparada, além, com motivo da grande celebração cultural do Dia das Letras Galegas de 17 de Maio.

É altamente significativa, assim mesmo, a caracterização dos *espaços* que faz Suso de Toro na sua intervenção. O **chico que era colombiano** e com ele quem falou espanhol estava **do outro lado**, sem dúvida um espaço físico (o lado das câmaras e outra parafernália técnica), mas também do outro lado *simbólico*: o espaço *do que não se vê* (o “*entre bastidores*” do discurso público) frente ao espaço *do que se vê* (o produto que chega aos telespectadores). Noutras palavras, contrastam aqui o lado “irregular” e “sujo” que fala espanhol –cheio de cabos eléctricos, luzes, cadeiras misturadas, cinzeiros e sandes de queijo a meio acabar– frente ao lado galego, “acabado”, “limpo” e simétrico da entrevista, com as suas cadeiras orientadas em diagonal aberta aos telespectadores, com a tomada ritual da palavra. No discurso público, a geometria do *real* onde a gente fala espanhol (“o outro lado”) é devorada pela construção do *irreal* onde a gente fala publicamente galego (“este lado”, o que observamos no monitor). Assim, o originariamente real, ao desaparecer, torna-se em *imaginário* –porque é apenas que especulamos o que a gente faz ou fala do além das câmaras– enquanto o originariamente dramaturgicamente e ritual torna-se na *única realidade possível*. E a ordem sociolinguística do discurso público assim criado e disseminado erige-se, na consciência linguística dos observadores, em *paradigma* da nova ordem sociolinguística colectiva.

Em definitivo, nos casos observados a própria necessidade da justificação pública pelo uso do espanhol (que não acha correspondência inversa na justificação pelo uso do galego) revela uma *consciência metapragmática* a respeito da funcionalidade social dos idiomas, e uma *ideologia linguística de propriedade idiomática* que situa o galego como emblema de uma *identidade pública* desde a qual se fala como ‘Artista’, como ‘Alcaide’, como ‘Político’, como ‘Escritor’, como ‘Professor’, etc.



O fenómeno é sem dúvida familiar para muitos leitores, e é objecto de comentário em conversas quotidianas, embora não seja formulado exactamente assim. Uma expressão que resume, ao meu entender pobremente, os novos usos da língua pública é a chamada “liturgização do galego”, uma expressão (agora emblema de posicionamento ideológico-sociolinguístico) que, significativamente, ascendeu desde as colunas de opinião dos jornais nos anos 1980 até ao Manifesto da intelectualidade oficial do *Consello da Cultura Galega* em 1990. Comumente, critica-se das figuras públicas o falarem galego perante os microfones mas espanhol na casa, quer dizer, critica-se-lhes o serem “realmente espanhol-falantes” excepto nos eventos públicos. Mas, como tentei de argumentar, as condutas linguísticas públicas são também *reais*, e, sem dúvida, muito mais acessíveis (e manipuláveis) do que a fala privada como *índices* sociolinguísticos para o corpo social gerar “sentido comum” sobre a ordem sociolinguística colectiva. Por isso é que a noção “galego litúrgico” (1) minimiza a função do discurso público na criação de poder e de realidade, (2) elimina por omissão qualquer análise das estruturas sociais hierárquicas que sustentam o que é sem dúvida outra forma de dominação linguística, e (3) reduz as práticas discursivas a uma questão quase estilística. Porque, da própria óptica desta *ideologia do compromisso linguístico*, que adiantaria que as elites “desleigadas” falassem o galego *também* na casa se o “seu” Povo continua a “perdê-lo” na casa? Para que esta reivindicação de suposta coerência linguística? A proposta não deveria ser que as elites falassem galego em privado: a proposta ideologicamente coerente seria que, *também em público*, estas elites falassem *exclusivamente espanhol*.

Neste sentido, concebendo o discurso público como fonte de poder e dominação social, resta perguntar-nos qual é o seu papel no que dei em chamar a Construção de Língua. Qual é a *linguagem* que, segundo Bourdieu, acompanha sempre a formação de Língua nos processos de intervenção dirigida? Que nos indica este discurso a respeito da *geração, mantimento, administração, supressão ou exclusão das identidades*?

### 3. Conclusões

Na Galiza, o efeito do trabalho ideológico dos especialistas da língua e das elites políticas está sendo, como aponta Bourdieu (1977:3) o de “fornecer os meios para transformar a simples competência [linguística] prática em competência simbólica, para transmudar o in-dizível em dizível, para ultrapassar as fronteiras do impensável”.<sup>11</sup> Por efeito dos discursos ideológicos, a fala ultrapassa o âmbito da utilidade privada para constituir-se em indicativo do *moral*. É apenas lógico que o *galego público*, assim constituído em capital simbólico, seja *locus* privilegiado das lutas ideológicas e objecto de construção, definição e apropriação.

Claramente, o grande ausente destas manifestações de ideologização da fala é “o português” e o que se entende comumente por “português”. O enquadramento dominante “galego/espanhol” *mascara e desactiva* o possível reconhecimento

---

<sup>11</sup> “... providing the means of transforming simple practical mastery into symbolic mastery; of transmuting the unsayable into the sayable, of transgressing the boundaries of the unthinkable”.

do ‘alheio’ (“português”) no ‘próprio’ (“galego”). A invisibilidade do “português” descansa num triplo sustento argumental:

(1) A aplicação de critérios diferentes à língua galego-portuguesa e à espanhola para a *conversão técnica da variabilidade da fala em Língua* (dentro do galego-português, a variação dialectal constitui-se em “língua”; dentro do espanhol, anula-se em favor da unidade).

(2) A eliminação efectiva do referente “português” por meio da sua simples omissão.

E (3) a subordinação a concepções político-administrativas para a territorialização das línguas.<sup>12</sup> A convivência generalizada entre os poderes linguísticos e políticos *espanhóis* e as elites locais para construírem juntos o que se apresenta ideologicamente como língua *galega* revela-se de maneira indiscutível nas próprias palavras do professor Constantino García:

(7) **DT8705.A.** Debate “A dúas bandas”, “O porvir do galego”.

209 C.G.: por esso (=isso) eu  
210 não creio em absoluto nos poderes linguísticos  
211 nem quase mesmo  
212 nos poderes políticos  
213 **a não ser que**  
214 **uma:: língua**  
215 **o (=ou) que esse poder político**  
216 **esté estea (=esteja) unido**  
217 **completamente**  
218 **a essa língua**

Assim, contra todos os postulados da linguística e sociolinguística desde Bloomfield até hoje, no *doxa* da ideologia linguística dominante (não no trabalho heterodoxo sobre o conflito sociolinguístico, p. ex. Gil Hernández e Rabunhal Corgo 1989) o construto básico da “comunidade linguística galega” é *circunscrito em termos puramente político-administrativos*. E a noção “comunidade linguística” é tomada por quase todos como uma outra *instância totalizadora* de identidade que, como criticam em termos teóricos gerais Gal e Woolard (1995:130), inescusavelmente “ignora os processos de conflito, competição, exclusão, relações fronteiriças e diferenciação que são centrais para a investigação actual das ciências sociais em torno da formação da identidade”.<sup>13</sup>

Porque as identidades e vozes sociais são múltiplas e funcionam em diversos níveis de generalidade. Entre a unitária identidade nacional e as identidades locais

---

<sup>12</sup> De facto, no discurso sociolinguístico hegemónico chama-se “galego exterior” às falas galego-portuguesas existentes noutras zonas do Estado Espanhol (Astúrias, Estremadura), mas nunca às existentes em Portugal.

<sup>13</sup> “[T]he notion of speech community has directed attention to consensus and sharing of interpretations within a bounded social unit, while neglecting processes of conflict, competition, exclusion, boundary relationships and differentiation, which are at the center of current social scientific investigations of identity formation”.

invocadas em cada momento da interacção (‘político’, ‘entrevistador’, ‘escritor’, ‘galego’, ‘filólogo’) situam-se as identidades de classe, de género, urbanas, rurais, etc., como revela, de diversos ângulos, o crescente trabalho micro-sociolinguístico recente na Galiza (Álvarez Cáccamo 1993, 1996a, 1996b; Herrero Valeiro 1996, Prego Vázquez 1994; Rodríguez Yáñez 1995). O *confronto de identidades* no espaço ubíquo das interacções discursivas diárias (as que fazem, em definitivo, as nossas vidas), incluindo obviamente a nossa contemplação do Discurso e a sua linguagem no silêncio da nossa sala de estar, é muito mais rico, mais denso e mais *fundamental* para compreendermos a situação sociolinguística do que as radiografias planas da sociolinguística de números globais. A sociolinguística quantitativa critica a sociolinguística interpretativa da fala por “perder-se no detalhe”, por “ver as árvores mas não ver a floresta”. Pela sua parte, a sociolinguística programática (p. ex. Rodríguez 1991 [1976]) critica-lhe a sua suposta “antropologização” duma realidade social “objectiva” que só pode ser uma “Nação”. O meu intuito foi simplesmente evidenciar que não se pode ver a floresta se não se vêm as suas árvores, que as árvores são árvores e são floresta *simultaneamente*, e que as árvores são árvores e a floresta é floresta sempre antes do que Parque Nacional.

Entrementes, tanto desde o nacionalismo linguístico galego quanto desde o nacionalismo linguístico espanhol se geram os discursos ideológicos que alimentam as generalizações sobre a conduta linguística pública como uma *representação e enacção duma ordem colectiva homogénea*. À sua vez, num processo dialéctico, estas condutas linguísticas públicas alimentam, reforçam e legitimam o actual modelo dominante de representação do conflito sociolinguístico, focado em torno do lema da suposta “*normalización da lingua galega*” e coerido pela *exclusão* do “português” e do “galego-português” da consciência colectiva.

Seria arriscado e mesmo optimista assegurar que as elites geradoras destas *ideologias de normalização da língua galega* (que vão desde os proponentes do “bilinguismo harmónico” até os proponentes do “monolinguismo em Galego”) são capazes de desenhar *consciente e deliberadamente* o processo de fagocitose de identidades que a nova ordem sociolinguística acarreta, ainda que esta possibilidade não é impensável. Mas o que deveriam lembrar pelo menos os grupos contíguos a estas elites, que obtêm delas benefícios efémeros e não tão efémeros, é que a actual concepção dominante do Galego e a sua utilidade não é mais do que *um* modelo teórico e *uma* subsequente prática de dominação das elites técnicas e intelectuais, e que, como tal, está sujeita estruturalmente às contingentes *necessidades das elites económicas e políticas que dentro do Reino de Espanha sustentam o processo*. Porque, como lhe disse Ricardo Reis a Pessoa e Saramago,

“*provavelmente a língua*” [na Galiza a espanhola, naturalmente] “*é que vai escolhendo os escritores de que precisa, serve-se deles para que exprimam uma pequena parte do que é, e quando a língua tiver dito tudo, e calado, sempre quero ver como iremos nós viver*”.

O que equivale a dizer que Saturno sempre que quer devora os seus filhos, mesmo os mais fiéis. E adopta outros novos.

## Referências bibliográficas

- Álvarez-Cáccamo, Celso. 1993. "The pigeon house, the octopus, and the people: The ideologization of linguistic practices in Galiza". *Plurilinguismes* 6, 1-26.
- Álvarez-Cáccamo, Celso. 1996a. "Building alliances in political discourse: Language, institutional authority, and resistance". *Folia Linguistica* XXX.3/4, *Special Issue on Interactional Sociolinguistics*, ed. por Helga Kotthoff, pp. 245-270.
- Álvarez-Cáccamo, Celso. 1996b. "The power of reflexive language(s): Code displacement in reported speech". *Journal of Pragmatics* 25, 33-59.
- Anderson, Benedict. 1983. *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.
- Atkinson, J. Maxwell, e John Heritage, eds. 1984. *Structures of social action: Studies in Conversation Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bakhtin, Mikhail M. 1981. "Discourse in the novel". Em *The dialogic imagination*. Austin: University of Texas Press, 259-422.
- Blommaert, Jan, e Jef Verschueren. 1992. "The role of language in European nationalist ideologies". *Pragmatics* 2.3, 355-375.
- Bourdieu, Pierre. 1977. "Two Bourdieu texts". *Stencilled Occasional Paper* 46. Birmingham: Centre for Contemporary Cultural Studies, Univ. of Birmingham. Tradução de Richard Nice.
- Carvalho Calero, Ricardo. 1983. *Da fala e da escrita*. Ourense: Galiza Ed.
- Carvalho Calero, Ricardo. 1990. *Do galego e da Galiza*. Compostela: Sotelo Blanco.
- Domínguez Seco, Luzia. 1993. "Na construção do galego como língua legítima: Uma análise dos textos de língua do bacharelato". *Agália. Revista da Associação Galega da Língua* 34, 147-166.
- Gal, Susan, e Kathryn A. Woolard. 1995. "Constructing languages and publics: Authority and representation". *Pragmatics* 5.2, 129-138.
- Giddens, Anthony. 1984. *The constitution of society. Outline of the theory of structuration*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- Gil Hernández, António, e Henrique Rabunhal Corgo. 1989. "O conceito de diglossia segundo Ch. A. Ferguson e a sua pertinência para a Comunidade Lusófona da Galiza: Um caso de diglossia por deslocação". *Nós* 13-18, 361-388.
- Grice, Paul H. 1975. "Logic and conversation". Em Peter Cole e Jerry L. Morgan, eds. *Syntax and Semantics*, vol. 3. New York: Academic Press, 41-58.
- Gumperz, John J. 1982a. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gumperz, John J., ed. 1982b. *Language and social identity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gumperz, John J., e Jenny Cook-Gumperz. 1982. "Introduction: Language and the communication of social identity". Em Gumperz, ed. (1982b), 1-21.
- Günthner, Susanne. no prelo. "The contextualization of affect in reported dialogues". Em Susanne Niemeier e Rene Dirven, eds. *The language of emotions: Conceptualization, expression, and theoretical foundations*. Amsterdam: John Benjamins.
- Herrero Valeiro, Mário J. 1993. "Guerre des graphies et conflit glottopolitique: lignes de discours dans la sociolinguistique galicienne". *Plurilinguismes* 6, 181-209.
- Herrero Valeiro, Mário J. 1996. "Os novos galegos e o uso do galego como inciso conversacional". Comunicação apresentada no V Congresso da Associação Galega da Língua, Vigo, Novembro 1996.

- Kallmeyer, Werner, e Inken Keim. 1988. "The symbolization of social identity. Ethnography and analysis of linguistic variation in a project about urban communication in Mannheim". Em Norbert Dittmar e Peter Schlobinski, eds. *The sociolinguistics of urban vernaculars: Case studies and their evaluation*. Berlin-New York: Walter de Gruyter, 232-257.
- Mitchell-Kernan, Claudia. 1972. "Signifying and marking: Two Afro-American speech acts". Em John J. Gumperz e Dell Hymes, eds. *Directions in Sociolinguistics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 161-179.
- Ochs, Elinor, Carolyn Taylor, Dina Rudolph e Ruth Smith. 1992. "Storytelling as a theory-building activity". *Discourse Processes* 15, 37-72.
- Prego Vázquez, Gabriela. 1994. *Estrategias discursivas de regateos recogidos en las ferias rurales de Carballo y Paio Saco. Desde la microestructura discursiva de los regateos hacia la estructura del espacio rural gallego*. Tese de Licenciatura, Departamento de Linguística Geral e Teoría da Literatura, Universidade da Coruña.
- Rodrigues Lapa, Manuel. 1973. "A recuperación literaria do galego". *Grial* 41, 278-287.
- Rodrigues Lapa, Manuel. 1981. "Algo de novo sobre o problema do galego". *Grial* 74, 497-500.
- Rodríguez, Francisco. 1991 [1976]. *Conflicto lingüístico e ideoloxía na Galiza*. Pontevedra: Xistral. 3ª edición corrigida e acrescentada.
- Rodríguez Yáñez, Xoán Paulo. 1995. *Estratexias de comunicación nas interaccións cliente-vendedor no mercado da cidade de Lugo: As alternancias de lingua galego-castelán e a negociación de escolla de lingua*. Tese de Doutoramento, Departamento de Linguística Geral e Teoría da Literatura, Universidade da Coruña.
- Silverstein, Michael. 1981. "The limits of awareness". *Sociolinguistic Working Paper* 84. Austin, Texas: Southwest Educational Development Laboratory.
- Silverstein, Michael. 1993. "Metapragmatic discourse and metapragmatic function". Em John A. Lucy, ed. *Reflexive language: Reported speech and metapragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 33-58.
- Wodak, Ruth. 1989. "1968: The power of political jargon: A 'Club-2' discussion". Em *Language, power and ideology: Studies in political discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 137-163.
- Woolard, Kathryn A. 1992. "Language ideology: Issues and approaches". *Pragmatics* 2.3, 235-249.